

Por uma etnografia das sensibilidades: memórias, histórias e antropologias

For an ethnography of sensibilities: memories, stories and anthropologies



Túlio Fernando Mendanha de Oliveira

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil.

tuliofmendanha@hotmail.com

Resumo: É de meu interesse neste artigo, elaborado quase em forma de ensaio, expor diversas abordagens sobre memória e hermenêutica a partir de um sobrevoo com diversos autores (as) da Filosofia, Literatura, História e Antropologia. Para tanto me guio especialmente pelos escritos de Pesavento (2007) sobre as possibilidades de captação das sensibilidades dentro dos trabalhos acadêmicos de ciências humanas. Propõe-se também a possibilidade utilização dos escritos e da pesquisa acadêmica enquanto uma busca constante da sensibilidade e da coetaneidade dentro da produção de trabalhos científicos dentro da antropologia e de outras ciências humanas.

Palavras-chave: Antropologia. Etnografia. História. Hermenêutica. Sensibilidades.

Abstract: It is in my interest in this article, elaborated almost in the form of an essay, to expose several approaches about memory and hermeneutics from a view with several authors of Philosophy, Literature, History and Anthropology. To this end, I am guided especially by the writings of Pesavento (2007) on the possibilities

of capturing sensitivities within the academic works of human sciences. It is also proposed the possibility of using writings and academic research as a constant search for sensitivity and coetaneity within the production of scientific works within anthropology and other human sciences.

Key words: Anthropology. Ethnography. History. Hermeneutics. Sensibilities.

Recebido em 14 de dezembro de 2022.

Aceito em 10 de outubro de 2023.

À guisa de introdução

E de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedacinho de *madeleine* que minha tia Léonie me dava aos domingos pela manhã em Combray (porque nesse dia eu não saía antes da hora da missa), quando ia lhe dar bom-dia no seu quarto, depois de mergulhá-lo em sua infusão de chá ou de tília (...). Mas, quando nada subsistisse de um passado antigo, depois da morte dos seres, depois da destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o aroma e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, chamando-se, ouvindo, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, levando sem se submeterem, sobre suas gotículas quase impalpáveis, o imenso edifício das recordações. (PROUST, 2006, p. 29).

3

Em 1909 Marcel Proust mergulhou uma madeleine em uma xícara de chá de tília e a literatura nunca mais foi a mesma. O episódio, narrado em forma de epifania no trecho acima, tornou-se um clássico, e faz menção à capacidade de evocação das memórias esvaídas, ou há muito esquecidas, por meio das sensibilidades cotidianas do dia a dia. A excitabilidade gustativa de sentir a doçura do bolinho trouxe à tona a ideia de que a memória poderia ser estimulada pela experiência sensorial e inspirou a criação de dois termos: a memória involuntária – esta forma de recordação é tratada de forma mais pragmática pela biologia, sendo chamada memória relacional; no hipocampo conexões nervosas se formam, os sentidos fazem os neurônios enviarem sinapses que vão direto para a mesma parte do cérebro que antes, lugar este que é onde as memórias estão armazenadas. Mas, pelo seu apelo poético e pela inferência da literatura clássica, tem-se o conceito de memória

proustiana bastante aplicado em tais situações.

Como toda literatura engajada, a vasta obra literária de Marcel Proust é, em muitos sentidos, um produto de seu contexto social. A França, no período de transição do século XIX para o XX, foi paulatinamente esvaziando os núcleos rurais, fazendo aumentar as populações urbanas e, ao passo que trazia novas problemáticas a serem tratadas pelas humanidades, reforçava uma série de preocupações centradas na perda das tradições e das sociabilidades ligadas à vida rural. Esse contexto fez aumentar uma crescente demanda de atenção em relação à memória. Em 'Em busca do tempo perdido' Proust o faz pela literatura, Freud também aborda a questão através da psicanálise e Henri Bergson traz o tema para a filosofia. Nora (1981) contextualiza:

Não é no fim do século passado, quando se sentem os abalos decisivos dos equilíbrios tradicionais, particularmente o desabamento do mundo rural, que a memória faz sua aparição no centro da reflexão filosófica, com Bergson, no centro da personalidade psíquica, com Freud, no centro da literatura bibliográfica, com Proust? A violação do que foi, para nós, a própria imagem da memória encarnada e a brusca emergência da memória no coração das identidades individuais são como as duas faces da mesma moeda, o começo do processo que explode hoje. Não devemos efetivamente a Freud e a Proust os dois lugares da memória íntimos e ao mesmo tempo universais que são a cena primitiva e a célebre pequena madeleine? (NORA, 1981, p. 17-18).

Escolhi principiar este texto com o excerto de Marcel Proust não apenas pela sua importância para a literatura mundial, mas pelo fato de que sua obra aborda memória e tempo enquanto

elementos principais; e estes dois conceitos são vulcanizados em seus livros por meio da significação plástica das sensibilidades do cotidiano. “No conjunto, trata-se de uma caça ao tesouro, em que o tesouro é o tempo, e o lugar onde foi escondido é o passado: esse é o significado implícito do título *Em busca do tempo perdido*” (NABOKOV, 2015, p. 259, grifos do autor). Além do mais, as descrições da sociedade francesa sobre vestimentas, costumes, culinária e, sobretudo, sexualidade são tão minuciosas em Marcel Proust, que este exercício de detalhamento se assemelha muito às etnografias clássicas. No entanto, não é possível falar sobre Marcel Proust sem mencionar uma de suas principais influências intelectuais: a filosofia de Henry Bergson. Este, por sua vez, foi inspirado diretamente pela herança grega clássica de Platão e Aristóteles.

5

As diferentes concepções de tempo, de razão e de percepção (importante elemento cognitivo da sensibilidade) talvez sejam muito mais trabalhadas nas obras fictícias da literatura de um modo geral. Não raro se vê diversas referências literárias dentro de obras sociológicas e históricas de grande importância, e esta constante utilização da literatura demonstra sua riqueza no sentido de intermediar, sugerir e aperfeiçoar diversas elaborações conceituais sobre as mais variadas áreas do conhecimento.

Deste modo, neste artigo esboço uma tentativa de estender as discussões para os temas das múltiplas memórias conforme ela é estudada por diversos autores(as) das ciências sociais, entre eles(as) Bachelard (1994), Bergson (1999), Bosi (1994), Halbwachs (1990), Nora (1981) e Ricouer (2007). Assim, a memória proustiana – ou pelo menos a tentativa de captação desta – parece mais fértil se se tratar de suas polissemias dentro das sensibilidades provenientes da relação historiador/objeto de pesquisa e antropólogo/etnografia. Neste sentido, busco, como questão motivadora das reflexões aqui

presentes, dialogar com o tema 'memória(s)' tentando avaliar de que modo tal categoria, em sua vasta complexidade, pode estar imbricada nas sensibilidades ou vice-versa.

No artigo também apresento momentos em que efetuo um sobrevoo por sobre o pensamento dos autores que me propus utilizar como guias teóricos. Parto, portanto, de uma perspectiva interdisciplinar, buscando elencar categorias de análise importantes da história e da antropologia, sempre usando a literatura como pano de fundo no sentido de estimular o debate sobre todas estas temáticas, formas de relação mais íntimas entre ambas, e buscando sugerir possíveis desdobramentos metodológicos. Também trago à tona alguns enunciados filosóficos que abordam as tentativas de captação das camadas de memória e os modos pelos quais alguns autores(as) buscaram trabalhar com a questão das sensibilidades enquanto propositura de análise.

Em última parte, coloco algumas das ponderações que me ofereceram os subsídios teóricos para a elaboração deste texto. Trata-se de uma parte de minha pesquisa de doutoramento onde, em um exercício etnográfico, deparei-me com questões relacionadas às categorias memória e sensibilidades durante a condução de uma entrevista com um importante interlocutor.

O desafio do tempo sensível

Buscar ler, ou, no caso da antropologia, (d)escrever a partir da sensibilidade, trata-se de uma aventura de âmbito pessoal, mas não deixa de ser uma ambição, tanto no fazer etnográfico quanto no que se refere à história cultural. Tentar capturar as razões, os sentimentos, as vicissitudes que cristalizam a realidade, aquelas que manifestam os sentidos que os indivíduos deram a si mesmos, tornar-se-ia a cereja do bolo nas ciências sociais, pois é

sabido que as sensibilidades dependem de uma forma diferente de conhecimento. Meu argumento é de que não se trata de algo que emerge unicamente do racional, ou do científico, embora não se possa excluir a sensibilidade de ambos. Mas nem sempre foi assim.

Boa parte dos questionamentos evocativos a uma possibilidade de escrita de uma história das sensações, das sensibilidades, em detrimento de textos ancorados unicamente nos 'documentos oficiais' começou no século XX. Alguns historiadores, como Huizinga (1946) e a Escola dos Analles, passaram a perceber que se apegar demasiadamente a documentações e registros oficiais (ou oficiosos) refletia a escrita de uma história cujas tônicas vencedoras se faziam mais veementes e que se utilizavam de camadas de esquecimentos por vezes induzidos, reificando, assim, uma presença marcante dos 'grandes heróis e grandes acontecimentos', ao passo que se escamoteava o cotidiano das 'pessoas simples', suas representações e a complexidade destes indivíduos. Buscando uma reviravolta, os historiadores passaram, então, a se preocupar com as "sensibilidades dos homens de outro tempo, sobre a alteridade do passado e sobre a natureza das marcas de historicidade que nos permitem reconfigurar o tempo do acontecido" (PESAVENTO, 2007, p. 9).

Desvencilhar-se de uma condição de escrita e de leitura centrada em documentos oficiais para submeter o julgo das sensações humanas ao mesmo patamar do intelectualismo acadêmico representava uma tarefa laboriosa, pois, tomando raras exceções – como o materialismo de Epicuro, conforme aponta Lucrécio (1992), que preferia dar mais voz aos prazeres e às sensações evocadas pelos seres humanos em contato com o mundo – a herança filosófica mais tradicional e de maior envergadura dentro do meio acadêmico (Platão e Aristóteles) postulava que a realidade somente pode ser apreendida por meio

de operações mentais que privilegiavam o intelecto.

O argumento platônico expressa que, através da atividade mental – que forçosamente produzia uma ou várias reflexões –, era possível transpor a animalidade dos sentidos e, assim, acessar uma energia criativa e reativa responsável pela construção de imagens e sentidos sobre o mundo. De forma mais simples, celebra-se o intelecto enquanto principal instrumento para conhecer o mundo de uma forma geral.

De forma parecida, Aristóteles (2002) argumenta que temos uma capacidade inata de transformar as sensações cotidianas em uma atividade da memória, de modo que, mesmo ausentes de um meio natural ou material para provocar uma determinada sensação, podemos reavê-la e senti-la mais uma vez por meio da rememoração daquela experiência. É como se intrinsecamente os seres humanos tivessem a capacidade de obter um determinado conhecimento de uma experiência sensorial singular e transformá-la em uma ideia. O intelecto, portanto, estaria em um nível acima das sensações, pois através dele poderíamos reproduzir determinadas sensibilidades, reformulá-las e mesmo transmiti-las. Além do mais, seria o intelecto o responsável por produzir ideias e conceitos, tornando toda sensibilidade possível e compreensível.

Entre o fim do século XIX e o início do século XX a filosofia de Henry Bergson mudou a perspectiva que centraliza o intelecto a despeito das sensações. Para ele o mais importante é a liberdade humana, e esta vem primordialmente à frente das tendências filosóficas e científicas que, em seu pensamento, reduzem a dimensão espiritual do homem a leis manipuláveis correlatas a matizes biológicas e naturais. Uma de suas maiores contribuições foi buscar compreender a forma pela qual sua filosofia enfrenta o caráter transitório e efêmero do ser humano no que se refere ao tempo.

A noção bergsoniana de tempo sugere que coisas deixam de

ser como eram, existem ou deixam de existir, para ele a relação indivíduo/tempo é de uma ordem muito mais existencial e menos teórica. Passado, presente e futuro se entrecruzam e, desta forma, somos levados a refletir mais sobre a ação humana, pois esta seria movida por pensamentos constituídos na inter-relação entre o passado, o presente e a proeminência de um futuro. Em Bergson (1999) o tempo seria mais uma substância de nossa essência e, neste sentido, a memória e as sensibilidades atuam de forma importante, pois seríamos seres muito mais de memória que de presente. O hoje é articulado pela memória, de modo que ele necessita de nossas vivências, sensações e emoções passadas; a memória seria então uma espécie de guardião não apenas do passado, mas também do presente.

A este tempo uno, interpenetrado pelas diferentes camadas, que separamos por uma questão prática (ou mesmo por comodidade), Bergson (1999) dá o nome de duração. Em linhas gerais, a duração seria outra concepção de tempo, diferente daquela separada em camadas, muito menos ligada à inteligência lógica e mais interpenetrada pela individualidade do ser. A duração também se opõe ao tempo físico, ela está além, no que se pode chamar de experiência metafísica. Contando com a liberdade da escrita poética, trago o trecho de 'O som e a fúria', de Willian Faulkner, a fim de demonstrar como a noção de duração pode ser vista menos como o 'tempo do relógio' e mais interligada à múltipla sensibilidade humana a respeito das interpretações de tempo.

Era o relógio de meu avô, e quando o ganhei de meu pai ele disse: estou lhe dando o mausoléu de toda a esperança e todo desejo; é extremamente provável que você o use para lograr o reducto absurdum de toda a experiência humana, que será tão pouco adaptado às suas necessidades individuais quanto foi às

dele e às do pai dele. Dou-lhe este relógio não para que você se lembre do tempo, mas para que você possa esquecê-lo por um momento, de vez em quando e não gaste todo seu fôlego tentando conquistá-lo. (FAULKNER, 2004, p. 73).

Para que a duração seja efetiva, Bergson (1999) situa a intuição enquanto outra forma de visualizar memória e tempo. Para ele a intuição seria a realidade sentida e compreendida, sem a utilização de ferramentas intelectuais ou lógicas. Trata-se de um ato puro de conhecer, pois assalta subitamente o indivíduo, conduzindo-o a uma categoria na qual o entendimento não está necessariamente alinhado a ferramentas de análise essencialmente científicas. A intuição torna-se para ele, um método filosófico por excelência, pois ela se situaria na essência da simplicidade cotidiana e da relação do homem com o que lhe rodeia. Assim, sem a influência de signos exteriores ao objeto no qual o filósofo dedica sua reflexão, tal análise consistiria em não reduzir o objeto de estudo a elementos já conhecidos.

Aqui volto a Marcel Proust, pois suas descrições a respeito do fluxo do tempo refletem a evolução da personalidade em ritmos separados de duração, as múltiplas riquezas subliminares de nossa mente, acessíveis apenas a atos de intuição e de variadas ações por vezes involuntárias. Mas também a sujeição da razão intelectual à inspiração intrínseca, o mesmo que considerar a culinária, a pintura e, ainda no caso de Proust, a literatura como outras (e por vezes mais verdadeiras) realidades do mundo. Todos estes conceitos, acionados por 'Em busca do tempo perdido', são outras formas de interpretação do pensamento bergsoniano (NABOKOV, 2015).

Outro escritor e filósofo que se propôs analisar o tempo, reformulando, conjuntamente, a posição do indivíduo, bem como

de suas experiências sensoriais dentro da própria existência, foi Gaston Bachelard. Para ele o tempo devia ser visto mais enquanto experiência sensorial do que como linearidade, de modo que a atividade intelectual passa a ser, antes de tudo, uma rememoração de experiências: “Pensar é fazer abstração de certas experiências, é mergulhá-las voluntariamente na sombra do nada” (BACHELARD, 1994, p. 23). Para este filósofo há um tempo vivido e um tempo pensado, sendo o pensado mais aéreo, mais livre, mais facilmente rompido e retomado.

Gaston Bachelard entende que Henry Bergson não deu a devida importância aos instantes em sua formulação de duração e sugere que estes são diretamente responsáveis pela alteração do fluxo do tempo, pois influenciam diretamente as tomadas de decisões. Não há, portanto, vida sem ruptura, sem pausa. Para Bachelard (1994) não é possível pensar em duração, ou em tempo, sem as noções de descontinuidade e de contemplação intrinsecamente ligadas aos instantes.

Nessa concepção, a memória e o tempo são pensados em forma de ondas, pois, carregando o passado, e através dos instantes, incentivam decisões instantâneas, ancoradas pela razão de nosso presente, influenciando diretamente na construção do futuro. “A espera ao escavar o tempo, torna o amor mais profundo. Ela coloca o amor mais constante na dialética dos instantes e intervalos. Dá a um amor fiel o charme da novidade. Então os acontecimentos ansiosamente esperados se fixam na memória” (BACHELARD, 1994, p. 50). Com esta metáfora sobre o amor, Bachelard (1994) mostra que os sentimentos trabalham em conjunto com a memória, pois, além de oferecer uma satisfação hoje, podem, acima de tudo, prometer um futuro, de modo que este pode ser mais intenso que o passado. Mas há uma outra categoria heurísticamente fortuita para as ciências sociais, cujo

manuseio responde efetivamente à memória e às metodologias de pesquisa, refiro-me à hermenêutica, como se vê a seguir.

A hermenêutica: historiadores e antropólogos

A tensão existente entre historiador e o tempo do acontecido, em onde os fatos aconteceram e como estes foram escritos, bem como a relação tênue entre o hoje e a história, foram insistentemente debatidas tendo as diretrizes e motivações das múltiplas escritas da história enquanto processos de interesses das mais diversas ordens. Estas são preocupações que remontam aos culturalistas e hermeneutas dos séculos XVIII e XIX. Busca-se compreender o passado tentando se colocar no lugar de seus agentes, empenhando-se a ultrapassar a distância temporal. Compreender um texto do passado deveria estar intimamente ligado à tentativa de resgate de sentimentos, vontades e sensibilidades sem abandonar a perspectiva crítica na tradução deste texto ao constituir sua historicidade para as pessoas de uma época diferente.

Para os hermeneutas o desafio dos historiadores está centrado nos diferentes níveis de inteligibilidade e de compreensão dos textos escritos no passado; na relação entre fontes e narrativas o que acabaria prevalecendo seria a interpretação do historiador, tida como cambiante de acordo com a época em que este vive. Assim, é possível que uma mesma história tenha interpretações diferentes se lida em épocas distintas, isto também permite observar que a história pode ser vista no plural, história(s), e que as diferentes visões e versões dos fatos podiam e podem ser politicamente ajustados aos interesses e às expectativas das distintas temporalidades. Em sua relação com a história a

hermenêutica busca interpretar a experiência humana em sua dimensão temporal (PESAVENTO, 2007).

Johann Gustav Droysen sugeriu, no século XIX, que a partir da percepção da realidade os indivíduos construía representações mentais sobre o mundo, de modo que esta também se configura como uma forma de atribuir sentidos às coisas. Com esta proposição ele principia a discussão sobre a hermenêutica enquanto teoria epistemológica. Seu insight sugeria que os historiadores somente poderiam obter ilusões de objetividade, pois para ele não era possível alcançar a realidade de um determinado tempo algures, era apenas possível criar aproximações de uma determinada época através de analogias e de métodos de pesquisa. A rigor Droysen (1983) articula que as construções das representações não são nem falsas nem verdadeiras, seriam unicamente formas de registrar diferentes assimilações do mundo. E isso valia tanto para os indivíduos do passado quanto para os historiadores do presente.

Este debate de natureza psicológica da história foi tratado por Lucien Febvre na gênese da 'École des Annales'. Imaginário é o nome que se dá às sensibilidades, entendidas como conjunto de ideias, que, segundo Febvre (1992), os historiadores deveriam se preocupar em resgatar. Para ele não era possível compreender uma determinada época do passado sem lidar com uma preocupação de ordem psicológica: de que modo os homens dão sentido ao mundo utilizando-se do agregado das condições intrínsecas de um determinado tempo? Ele defende a necessidade de o historiador buscar recuperar as emoções, as afetividades e, para tanto, introduz a noção de mentalidades, local onde se associavam os sentimentos, "desde os indivíduos à codificação e institucionalização das emoções coletivas" (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Na primeira metade do século XX o historiador holandês Johan Huizinga já se referia à necessidade de captar o que ele chama 'teor

da vida' (HUIZINGA, 1946). E, ainda que seus escritos perpassem o medievo, este autor defende uma escrita não tão absolutamente centrada nos documentos oficiais per se, pois o historiador que se apegasse demasiadamente aos documentos "arriscava-se, por vezes, a perder de vista a diferença de tonalidade que existe entre aquela época e nossos dias" (HUIZINGA, 1946, p. 10).

Outro medievalista a dar nova atenção aos indivíduos, a despeito das grandes narrativas, foi Marc Bloch. Um dos fundadores da Escola dos Annales, ele produziu uma tese de doutorado em que investigou o 'desaparecimento' dos servos nas regiões da França rural nos séculos XII e XIII. Em 'Os reis taumargos' (1993) Marc Bloch adota uma perspectiva culturalista ao transferir temas como poder e realeza para uma análise mais ligada a hábitos, representações e crenças socialmente compartilhadas. É necessário ressaltar que, ao fazê-lo, Bloch (1993) também evidencia que temas como absolutismo não podiam mais ser observados unicamente à luz de questões políticas, pois, assim, padeceriam de um reducionismo epistemologicamente estanque.

Com obras de caráter questionador, Marc Bloch inaugurou uma nova visão acerca das invisibilidades operadas pelas grandes narrativas históricas, até então acostumadas a reificar os grandes eventos e personagens e, que consecutivamente, esqueciam propositalmente do indivíduo comum. A École de Annales seguiu, durante o século XX, com suas indagações e hoje um de seus representantes mais eminentes é Roger Chartier, com uma proposta denominada de história cultural. Chartier (1991), ao analisar as práticas e representações, busca averiguar as formas nas quais grupos e indivíduos constroem diferentes sentidos para a realidade e para a(s) história(s).

Voltando à hermenêutica, esta atinge sua maior expressão no século XX através do pensamento de Paul Ricoeur. Para Ricoeur

(2007) o historiador é, antes de tudo, um artífice da narrativa. Ele tentou encontrar caminhos de raciocínio e de compreensão da realidade em nossas construções narrativas buscando problematizar as articulações entre história e narrativa, local onde, segundo ele, memória e esquecimento têm um lugar de destaque. Interessado em capturar o passado histórico e suas representações, ele rearticula o pensamento de Johann Gustav Droysen ao sugerir que os historiadores elaboram versões críveis do passado, de modo que estas atuam em níveis de plausibilidade, por sua vez, dotadas de verdades aproximadas.

Acerca dos sujeitos, bem como de suas representações nas narrativas históricas, Ricouer (2007) discute com Halbwachs (1990) quando este sugere que as memórias individuais ficam subsumidas dentro da memória coletiva. Para Ricouer (2007) podemos extrair um plano intermediário entre o que se chama de memória individual e de memória coletiva, este plano seria o dos que estão próximos a nós. Este recebe o título de “uma memória distinta, [pois] estão situados em uma faixa de variação das distâncias na relação entre si e os outros” (RICOUER, 2007, p. 141). Portanto, lidar com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva vis a vis não seria a melhor forma para se entrar no campo da história, mas sim com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros (RICOUER, 2007).

A hermenêutica influenciou fortemente Clifford Geertz e ainda inspirou a criação da escola antropológica interpretativista. Para Geertz (2008 a) a cultura é um conceito semiótico. Inspirado em Max Weber, ele defende que os homens somente podem viver em um mundo que lhes seja dotado de sentidos; a cultura seria, então, a produtora destes sentidos, uma ‘teia de significados’ onde os indivíduos tecem seu cotidiano. A cultura também seria uma espécie de texto, lido constantemente pelos atores sociais a fim

de interpretar o curso dos acontecimentos. É aqui que entra a hermenêutica, pois, se a cultura é um texto, cabe ao antropólogo buscar as múltiplas interpretações deste texto, penetrando em sua inextricável teia e buscando, em suas estruturas, os significados e os sentidos das práticas sociais.

A antropologia se torna, desta forma, uma ciência experimental, e o antropólogo torna-se um intérprete, uma espécie de 'tradutor da cultura'. No entanto, Geertz (2008 b) argumenta que construímos interpretações de segunda mão; interpretamos interpretações, pois são os 'nativos' os primeiros a interpretar a sua própria cultura. Ele argumenta que somente é possível interpretar uma determinada cultura através da descrição etnográfica 'densa', a leitura das entrelinhas, levantando hipóteses cambiantes e maleáveis, sempre passíveis de novas interpretações e reconstruções. Para Geertz (2008) os eventos particulares são capazes de falar sobre questões muito maiores; após observar uma briga de galos em Bali, ele argumenta que há, por detrás daquela luta entre animais, uma emaranhada cosmologia e organização social, o que fica evidente em sua fala: "é apenas na aparência que os galos brigam ali – na verdade, são os homens que se defrontam" (GEERTZ, 2008 b, p. 283). A briga de galos seria apenas um horizonte empírico onde a polissemia de sentidos culturais sobre a sociedade balinesa se defrontavam.

Em outros termos, Geertz (2008 a) foi capaz de captar a sensibilidade profunda existente em um evento aparentemente simples e, a partir disso, construiu um lócus de interpretação onde argumenta, tomadas as devidas proporções, que não se pode ler (ou interpretar) uma cultura sem uma abertura para razões e emoções evocativas de cosmogonias, práticas e manifestações próprias aos indivíduos dentro dos sistemas culturais. Da parte dos historiadores da cultura, estes também já haviam sugerido

que esta tentativa de captura das sensibilidades representa o objeto máximo a ser conquistado, pois se localizam precisamente no âmago dos processos de representação do mundo. Esta mensuração foi precisada por Ginzburg (1987) como a tentativa de captura da energia da vida, ou como ele próprio define: a enargheia.

Ressalte-se que todas estas teorias e hipóteses levantadas pela história e pela antropologia, cujos debates atingiram estatuto de maior envergadura crítica no século XX, trazem não apenas a questão da sensibilidade para as ciências sociais, mas sugerem também a questão da importância das subjetividades. Tomando como exemplo os pós-coloniais¹, estes buscam se desapegar de amarras acadêmicas ditas estruturalmente mais conservadoras, posicionando as epistemologias distantes do contexto europeu, como novas manifestações que, mesmo ainda tidas como subalternas, hoje e a cada dia mais encontram lugar de fala e substancialidade dentro e fora do universo acadêmico: as mulheres, os negros e, de modo geral, as minorias “posicionadas em uma ordem de subordinação” (BALANDIER, 1993, p. 22).

Por último, gostaria de sugerir os apontamentos de Fabian (2013) sobre a relação temporal existente, ou por vezes inexistente, entre antropólogos(as) e povos estudados. No ponto de vista deste autor a antropologia é uma ciência essencialmente política, pois, no decorrer de sua história, erigiu um distanciamento retórico das etnografias e o trabalho de campo intersubjetivo do antropólogo. Em decorrência disso, Fabian (2013) argumenta existir uma discrepância entre o tempo do pesquisador e o tempo de seus ‘nativos’, pois, no decorrer de sua história, a antropologia estruturou um verdadeiro rebaixamento das culturas pesquisadas, colocando-as, por vezes, em patamares próximos ao exotismo,

1 - Na contemporaneidade os estudos pós-coloniais privilegiam as reavaliações entre as assimetrias no mundo geograficamente destituído da colonialidade europeia. Entende-se que, mesmo após o fim do colonialismo, as estruturas de poder entre centro/periferia continuam aparentes e se manifestam não apenas na manutenção de intelectualidades, mas reflexivamente na produção de ciência e, por conseguinte, nas relações de poder que esta produção implica.

situando indivíduos pesquisados em patamares inferiores àqueles que efetuam as pesquisas.

Para ele, tal rebaixamento caracteriza uma negação de coetaneidade. Este distanciamento temporal, produzido pelo antropólogo com relação ao outro, é chamado de 'uso esquizogênico do tempo', pois nossos investigados nunca pareceram emergir enquanto parceiros em uma relação de intercâmbio cultural, mas sim como sujeitos relegados temporalmente, o que, segundo Fabian (2013), caracteriza-se como um rebaixamento diacrônico do outro. A negação da coetaneidade é caracterizada pelo autor como 'o alocronismo' da antropologia (FABIAN, 2013). Note-se que as proposições do referido antropólogo sugerem, sub-repticiamente, a necessidade de que, em nossas pesquisas, seja efetivada uma interlocução sensível e até mesmo com base hermenêutica e dialógica. O que ele pretende é que em nossas pesquisas devemos estabelecer uma relação mais dialógica e menos vertical com nossos pesquisados; em termos simples: a pesquisa antropológica deve ser feita 'com eles' e não 'para eles'.

18

Palavras finais

Pesavento (2007) sugere que a sensibilidade pode ser apreendida, pelos pesquisadores das ciências sociais, a partir do momento em que estes tentarem fazer uma espécie de 'leitura da alma'. Ingold (2014) fala de forma parecida ao dizer que é necessário haver uma relação harmônica, melodiosa, entre pesquisador e pesquisado. Para ele, etnografia requer "atenção generosa, profundidade relacional e sensibilidade ao contexto" (INGOLD, 2014, p. 384).

A constante busca da sensibilidade dentro do fazer acadêmico requer não apenas uma operação memorialística mas a busca

de uma hermenêutica em que os saberes inerentes aos nossos interlocutores sejam privilegiados como fonte primordial de pesquisa e condução metodológica de nossos trabalhos, sempre nos lembrando que, segundo nos apontou Sandra Pesavento: “mesmo sendo um processo individual, brotado como uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. Ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Neste sentido, é preciso que se busque cada vez mais horizontalidade entre pensamento acadêmico e conhecimento nativo, é mister que se insista em uma dialogia aprofundada pelas vicissitudes dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa (autores e interlocutores) ou seja, uma tentativa de coetaneidade entre ambos.

Referências

- ALEKSIÉVITCH, Stevlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ARISTÓTELES. **Invitation à la philosophie**. Paris, Minuit: Mille et une nuits, 2002.
- BACHERLARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1994.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 107-131, mar. 1993.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio da relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOSI, Ecléa. **Memória social**: lembrança de velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Historica**: lecciones sobre la enciclopedia y metodologia de la historia. Barcelona: Alfa, 1983.
- FAULKNER, W. **O som e a fúria**. Trad. Paulo Henriques Britto. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como o antropólogo estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FEBVRE, Lucien. Vivre l'histoire: propos d'initiation. In: FEBVRE, Lucien. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1992. p. 18-33.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das cultu-**

ras. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a. p. 13-41.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galo balinesa. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b. p. 185-213.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IBRAM, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUIZINGA, Johan. **Nas sombras do amanhã: diagnóstico da enfermidade espiritual do nosso tempo**. São Paulo: Saraiva, 1946.

INGOLD, Timothy. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fT-bLSBMs/?lang=pt> Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

INGOLD, Timothy. That's enough about ethnography! **Hau: Journal of Ethnographic Theory**, v. 4, n. 1, p. 383-395, 2014. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau4.1.021> Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas – as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói Editora da UFF, 2008.

LUCRÉCIO. **De rerum natura**. Paris: Hachette, 1992.

NABOKOV, Vladimir. **Lições de literatura**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática**

dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, 1981. p. 7-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (org.). **Sensibilidades na história:** memórias singulares e identidades sociais. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PROUST, Marcel. **No caminho de Swann.** Trad. Mario Quintana. São Paulo: Globo, 2006.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.